

LEI Nº 2.373 DE 12 DE MAIO DE 1998.

(Revogada pela Lei nº 3.504/2018)

~~DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO INCISO IX, DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.~~

Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, aprovou e eu **~~PREFEITO MUNICIPAL DE ALEGRE~~** sanciono a seguinte Lei:

~~Art. 1º~~ — Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a contratar pessoal por prazo determinando, para atender necessidade temporária e de excepcional interesse Público, em observância ao disposto no inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal, na seguinte hipótese:

~~I — atender as necessidades decorrentes da Municipalização, na Área da Educação.~~

~~Art. 2º~~ — As contratações serão efetivadas por prazo determinado, improrrogáveis, não podendo ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses, findando em 31/12/98.

~~§ 1º~~ — O responsável pelo setor de pessoal da Prefeitura Municipal de Alegre deverá, independentemente de qualquer autorização superior, excluir da respectiva folha de pagamento o servidor que teve seu contrato encerrado.

~~§ 2º~~ — Se houver a continuidade da prestação de serviço após esgotado o prazo de contrato, o responsável pelo setor de pessoal ou quem determinou ou se omitiu sobre a sua permanência arcará com:

- ~~a) a responsabilidade pessoal pelo pagamento dos dias trabalhados, bem como pelos demais ônus decorrentes;~~
- ~~b) a responsabilidade administrativa e disciplinar.~~

~~§ 3º~~ — A responsabilidade administrativa prevista na alínea "b" do parágrafo anterior, importará na imediata exoneração ou dispensa do ocupante do cargo em comissão ou exercente de Função de Confiança.

~~Art. 3º~~ — Promovida a contratação e verificada ser a função necessária e de caráter permanente, o Poder Executivo Municipal deverá, obrigatoriamente, no prazo fixado no artigo anterior, realizar o concurso Público nos termos da legislação pertinente.

~~Art. 4º~~ — As contratações somente poderão ser feitas com observância da dotação orçamentária específica e mediante prévia autorização do Prefeito Municipal, após a devida

~~comprovação, em processo administrativo próprio, da real necessidade, realizada pelo órgão requisitante.(demonstrativo em anexo)~~

~~**§ Único** — O quantitativo e a nomenclatura do cargo, com vistas a atender o disposto no Art. 1º, I, é o descrito no anexo I que faz parte integrante da presente Lei.~~

~~**Art. 5º** — O contratado não poderá ser ocupante de cargo público, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade da autoridade solicitante da admissão, exceto as acumulações permitidas constitucionalmente.~~

~~**Art. 6º** — O contratado, na forma do art. 1º, não poderá, findo o prazo do contrato original, ser novamente contratado, sujeitando-se às legais a autoridade responsável pela contratação.~~

~~**Art. 7º** — Nenhuma contratação prevista na presente Lei poderá ser realizada se existir pessoas aprovadas em Concurso Público para cargos ou empregos cujo preenchimento pretender.~~

~~**Art. 8º** — Os contratos para atender a necessidade temporária de excepcional interesse Público estão sujeitos aos mesmos deveres e proibições e ao regime de responsabilidade vigentes para os servidores públicos municipais.~~

~~**Art. 9º** — O salário do pessoal contratado no regime instituído por esta Lei será o mesmo fixado para cargo idêntico ou assemelhado, integrante do Plano de Classificação de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Alegre.~~

~~**Art. 10** — O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á, nos seguintes casos:~~

~~I — pelo término do prazo contratual;~~

~~II — por iniciativa do contratado;~~

~~III — unilateralmente, pela administração, decorrente de conveniência administrativa;~~

~~IV — quando o contrato incorrer em falta disciplinar.~~

~~**Art. 11** — É assegurado aos contratados o direito ao gozo de licença para tratamento da própria saúde, por acidente em serviço, doença profissional, gestação e paternidade, vedados quaisquer outras espécies de afastamentos, não podendo a concessão de licenças ultrapassar o prazo previsto no ato de admissão.~~

~~**Art. 12** — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 1º de janeiro de 1998.~~

~~Alegre (ES), 12 de maio de 1998.~~

~~**GILVAN DUTRA MACHADO**~~

~~**— Prefeito Municipal**~~

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Alegre.

ANEXO I - EDUCAÇÃO - LEI Nº 2.373/98.

QUANTITATIVO	NOMENCLATURA
120	PROFESSOR A I
10	PROFESSOR B II
26	MONITOR DE CRECHE
36	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
10	AUXILIAR DE SECRETARIA ESCOLAR